



O PROFESSOR MEDIADOR E A EDUCAÇÃO A CONTA GOTAS

Autor: José Cândido Rodrigues Neto (1); Coautora: Solênia Cristina de Queiroz (2)

(1) Universidade Federal da Paraíba – jcrnto13@gmail.com; (2) Universidade Estadual da Paraíba - soleni06@gmail.com.

RESUMO: Com a adoção de práticas de ensino fundamentadas na teoria construtivista, tornou-se comum a afirmação de que o professor é um mediador, responsável por viabilizar a relação entre aluno e conhecimento. Segundo o construtivismo, os indivíduos adquirem conhecimento a partir de sua ação ativa sobre o meio, tendo como referência sua percepção de realidade. Dentro deste processo, a ação do professor é reduzida, ele já não é mais o responsável por transmitir saberes ao educando, sua posição agora é apenas a de animador do processo, ou seja, o professor é um mediador. Desse modo, se faz necessário avaliar qual o papel desse professor que se diz mediador. Será ele um mediador ou será um agente controlador, que regula a quantidade de conhecimento que o educando recebe? Levando em consideração que nossa sociedade vive sob um embate de duas forças, de um lado, a classe dominante, do outro lado, a classe trabalhadora, esse embate se reflete na educação, onde há dois tipos de escola, aquela que forma mão de obra para o sistema capitalista, e aquela que forma uma elite detentora de capital e de conhecimentos intelectuais. Sendo assim, este artigo investigará qual o papel que a mediação desempenha dentro deste dualismo educacional. Será ela uma forma de perpetuar esta situação? Tendo em vista que dialeticamente mediar não significa harmonizar, será que cabe ao professor se colocar entre aluno-conhecimento? Ao se colocar no meio destes dois elementos o professor não estaria sendo uma barreira entre eles? Se assim for, pode-se dizer que o professor não é um mediador, mas um controlador, aquele que conta as poucas gotas de uma instrução que é oferecida em doses homeopáticas para a classe trabalhadora, garantindo que esta maximize sua produção dentro do sistema vigente. Desta forma, a investigação que nos propomos com este trabalho, é importante para entendermos o, já referido, dualismo da educação e compreendermos por quais formas ele se perpetua e quais são seus agentes. Para tanto, exporemos primeiro os dois tipos de escola que constituem esse dualismo. Em seguida, analisaremos as práticas de ensino que contribuem para a manutenção dessa situação, dentre elas estão as práticas orientadas pelo construtivismo, que desembocam no conceito de professor mediador. Por fim, inquiriremos se esta dita mediação corresponde em equívoco e como este se deu. Esperamos com o fim deste trabalho, ter propiciado uma reflexão sobre os temas aqui apresentados, pois estes podem nos proporcionar um olhar dotado de criticidade, que nos será útil para entender e modificar este estado de desigualdades e de luta de classes. Pois se a educação reflete esta situação, então ela também será um instrumento de transformação.

Palavras chave: Educação, mediador, ensino.

1. INTRODUÇÃO

Com a grande sofisticação dos meios de produção, decorrente da modernidade, a generalização da escola se faz necessária. Pois para lidar com mudanças e inovações nos meios de produção a classe operaria precisa ser



instruída, para que assim possa maximizar seu potencial de trabalho. Essa é a lógica dentro do sistema capitalista. Entretanto, a instrução que é oferecida à classe trabalhadora não é a mesma que é oferecida à classe dominante. Dessa forma, se faz necessário questionarmos quais práticas educacionais explicitam esse dualismo na educação. Pois de um lado, temos uma escola que forma para o mundo do trabalho, do outro, temos uma escola que desenvolve as capacidades intelectuais.

Com a adoção de práticas construtivistas, surge a figura do professor mediador. Tendo, em vista que estas práticas ocupam um grande espaço nas escolas públicas, se faz necessário inquerirmos se tais práticas contribuem com essa diferenciação entre esses dois modelos de educação. Investigaremos também, o tão utilizado conceito de professor mediador. Pois é comum, dentro das práticas escolares de hoje, se afirmar que o professor é um mediador entre aluno e conhecimento. Surgi então os seguintes questionamentos: tendo em vista que dialeticamente mediar não significa harmonizar, será que cabe ao professor mediar essa relação, de aluno-conhecimento? Ao se propor mediador, o professor não estaria sendo um regulador que determina a quantidade de conhecimento que o aluno pode adquirir? Essa “mediação” desempenharia algum tipo controle sobre a instrução que é oferecida à classe trabalhadora, servindo, assim, de instrumento de interesse para o sistema capitalista? Essas são algumas questões que procuraremos investigar no decorrer deste trabalho, pois estas são importantes para entendermos esse dualismo educacional que permeia nossa sociedade, e que reflete um antagonismo de classes.

2. O dualismo da educação

Tem sido dito, que a escola funciona para o sistema capitalista, não só ideologicamente, mas também economicamente, tendo em vista que ela potencializa o trabalho, gerando mão de obra qualificada. As grandes transformações, sucedidas com o advento da modernidade, trazem consigo uma sofisticação nos meios de produção. Consequentemente, a força de trabalho precisa acompanhar todo esse progresso. Assim, é necessária a generalização da escola, como forma de preparar os indivíduos para o trabalho, dentro de uma sociedade burguesa e industrial. Dessa forma, podemos inferir que:

Quanto mais avança o processo urbano-industrial, mais se desloca a exigência da expansão escolar. Por aí é possível compreender exatamente por que esta sociedade moderna e burguesa levanta a bandeira da escolarização universal, gratuita, obrigatória e leiga. A escolaridade básica deve ser estendida a todos.

(SAVIANI, 1994, p.156)

(83) 3322.3222

contato@coprecis.com.br

www.coprecis.com.br



Entretanto, a educação que é oferecida às classes trabalhadoras não é a mesma que é oferecida às classes dominantes. Os trabalhadores recebem apenas pequenas parcelas de educação, apenas aquilo que lhes é necessário para garantir sua força de produção dentro do sistema capitalista. Assim, alguns teóricos da economia política percebiam que:

[...] a instrução escolar estava ligada a uma tendência modernizadora, a uma tendência de desenvolvimento própria de uma sociedade mais avançada. Esses teóricos, como Adam Smith, afirmavam que a instrução para os trabalhadores era importante; á medida que os trabalhadores dispusessem de educação básica, se tornavam mais aptos para viver na sociedade, e se inserir no processo produtivo, se tornavam mais flexíveis com o pensamento mais ágil e mais adequado à necessidade da vida moderna. (SAVIANI, 1994, p.160)

Assim sendo, os trabalhadores recebiam instrução em “doses homeopáticas”, para garantirem uma maior produtividade. Estas pequenas doses de instrução não poderiam extrapolar os limites, pois ao contrário, o sistema capitalista estaria entrando em contradição consigo mesmo. Na sociedade capitalista o saber é uma forma de manutenção do poder, e por isto nem todos podem ter acesso ao saber, de forma ampla. Apenas os burgueses, donos dos meios de produção, detêm a força produtiva e o saber, estes passam a ser suas propriedades exclusivas. O trabalhador só detém sua força de trabalho, que será vendida. Assim, o saber passa a ser uma posse da burguesia, onde esta o mantém controlando-o como forma de se perpetuar no poder. Daí resulta que a educação oferecida para as classes dominadas é uma educação a “conta-gotas”. Pois se o trabalhador precisa de instrução para aumentar a produtividade, esta lhe será oferecida de forma parcial e limitada.

Disto decorre, a existência de dois tipos de escola: aquela voltada para a elite, que a formação intelectual é colocada em primeiro plano; e aquela que forma mão de obra qualificada. Esses dois tipos de escola explicita, ainda mais, o antagonismo de classes no mundo capitalizado. Diante disto, nota-se que a escola não deixa de ser reflexo desta luta de classes. Esse contraste entre tais classes:

[...] marca a questão educacional e o papel da escola. Quando a sociedade capitalista tende a generalizar a escola, esta generalização aparece de forma contraditória, porque a sociedade burguesa preconizou a generalização da educação escolar básica. Sobre esta base comum, ela reconstitui a diferença entre as escolas de elite, destinadas predominantemente á formação intelectual, e as escolas para as massas, que ou se limitam à escolaridade básica ou, na medida que têm prosseguimento, ficam restritas a determinadas habilitações profissionais. (SAVIANI, 1994, p.159)

Assim, podemos concluir que a diferenciação nesses dois tipos de escola contribui para a

(83) 3322.3222

contato@coprecis.com.br

www.coprecis.com.br



perpetuação desse antagonismo, e da manutenção da burguesia no poder. Diante disso, podemos inferir que a expansão de uma educação, que garantisse a todos o acesso ao saber, de forma integral, visando formar não só para o trabalho, mais para as diversas instâncias da vida humana, diminuiria os contrastes entre as classes sociais, possibilitando a todos o acesso aos meios de produção, e assim, diminuindo as desigualdades. Desse modo, surgem algumas questões: como fazer para que todos tenham acesso ao melhor do saber, produzido pela humanidade? Quais fatores contribuem para que a escola, que forma as classes trabalhadoras, transmita um ensino limitado e cerceado, quase estéril, que se destina apenas a formação profissionalizante? Talvez estas perguntas possam ser respondidas se voltarmos nossos olhos para a escola e para as práticas de ensino, destinadas às classes trabalhadoras.

3. *A figura do professor mediador dentro do construtivismo.*

A adoção de práticas construtivistas, dentro da educação, tem contribuído para que haja uma crescente desvalorização da figura do professor. Segundo o construtivismo, os indivíduos adquirem conhecimento a partir de sua ação ativa sobre o meio, tendo como referência sua percepção de realidade. Através dessa interação entre indivíduo e meio, este indivíduo constrói o seu conhecimento. Dentro desse processo, a ação do professor é reduzida, ele já não é mais o responsável por transmitir conhecimentos ao educando, sua posição agora é apenas a de animador do processo, um mero facilitador que coloca situações problema para que o aluno se depare com elas e construa seu conhecimento resolvendo-as.

Portanto, dentro dessa perspectiva não há um conhecimento universal e objetivo que venha a ser apropriado pelos indivíduos. Se tal conhecimento não existe, o professor que seria o responsável por transmiti-lo, perde seu papel dentro do processo de aprendizagem. Pois se os indivíduos constroem seu próprio conhecimento, não se faz mais necessário o papel daquele que transmite e ensina os conteúdos. Assim, no construtivismo a aprendizagem ocorre:

[...] a partir da ação do indivíduo sobre o meio, considerando-se a percepção que ele tem da realidade – o aluno tem que construir o conhecimento, enquanto cabe ao professor, apenas, como o próprio Piaget (1988a) afirma, ser um animador no processo pedagógico. Não cabe a ele transmitir os conceitos científicos, mas sim facilitar ou mesmo somente colaborar com o processo de aprendizagem dos alunos, apresentando situações-problema a serem resolvidas. Acredita-se que essa postura proporciona aos alunos autonomia moral e intelectual. (FACCI, 2004, p.122)



Dentro desta perspectiva, o professor não é mais aquele que transmite conteúdos, mas é um mediador, responsável por fazer a mediação entre o conhecimento sistemático, produzido pela humanidade, e o conhecimento cotidiano do aluno. O educador seria o mediador entre ensino e aprendizagem. Esta mediação visa minimizar, harmonizar ou até mesmo eliminar as diferenças entre dois elementos antagônicos. Entretanto, entender a mediação como união ou homogeneização de dois elementos distintos, consistiria em um equívoco, pois:

Quando se compreende a mediação como um produto, a necessária relação entre dois termos se reduz à soma de ambos, o que resulta na anulação mútua, levando-os ao equilíbrio. Essa idéia, bastante difundida no campo educacional, concebe a mediação como o resultado da aproximação entre dois termos que, embora distintos no início, quando totalmente separados, tendem a igualar-se á medida que se aproximam um do outro. Tal concepção, apesar de, aparentemente, contribuir para o entendimento do processo educativo, está distante daquela desenvolvida na filosofia. (ALMEIDA, 2003, p.63)

Assim, a mediação não pode ser entendida como uma harmonia, uma conciliação ou uma homogeneização de opostos, pois isto negaria o movimento dialético da superação. Desta forma, o professor precisa fazer com que seus alunos adquiram o conhecimento científico, para por meio dele, superar o conhecimento cotidiano. Além disso, o ensino e a aprendizagem não devem ser entendidos como uma relação que pode ser harmonizada ou homogeneizada por meio da mediação, pois entre eles há uma tensão dialética, Onde: [...] “um termo não subjuga nem suprime o outro; contudo, nunca há nem jamais haverá harmonia entre eles”. (ALMEIDA, 2003, P.74)

Quando o ensino-aprendizagem é entendido de forma harmônica e equilibrada há uma forte desvalorização do professor, pois o ato de ensinar é causar um conflito no aluno, arranca-lo da esfera do saber cotidiano para a esfera do saber científico, é fazê-lo superar o imediato pelo mediato. Portanto, a relação aluno-professor é marcada por tensões entre ambos e não pode ser entendida como harmônica, pois então o ato de ensinar e aprender seriam entendidos como termos de uma relação homogênea e indistinta, onde tanto o professor, como o aluno, aprendem. Entendemos que, ao contrário disto, o professor, como alguém que já se apropriou do conhecimento produzido pela humanidade, deve transmitir este ensinamento ao educando. Pois se entendermos o professor como mediador entre ensino e aprendizagem, no sentido de uma conciliação entre estes dois elementos, este processo será estéril e improfícuo, pois estes dois elementos se anularão. Logo, aquele professor que se propõe a ser um mediador, entre o



aluno o e conhecimento, ao invés de fazer com que seu educando humanize-se através da assimilação dos conteúdos e saberes produzidos ao longo da história, acaba por limita-lo, impedindo-o de adquirir conhecimento, sob a alegação de que este deve ser construído.

Entretanto, surgiram alguns questionamentos a esse tipo de prática. Um deles é o de como o educando poderá se apropriar de toda a riqueza cultural e intelectual produzida pela humanidade, tendo em vista que ele não poderá construir toda essa riqueza de conhecimentos, que demorou séculos, até milênios para ser construída, de forma gradual e acumulativa. Não seria o professor uma peça indispensável nesse processo de transmissão de conhecimento? Não seria ele o responsável por ensinar os conteúdos referentes à produção humana para garantir que o aluno se humanize ao se apropriar desse conteúdo?

Diante dessas questões podemos concluir que o professor se faz necessário. Ele deve ensinar à criança os diferentes saberes produzidos pela humanidade, para que esta se humanize. Assim, o ser mais desenvolvido que é o professor, será o responsável pelo desenvolvimento do aluno, esse desenvolvimento se dá por meio da transmissão de saberes, decorrente do ato de ensinar. Aquele que não ensina e se diz apenas um mediador, cerceia a capacidade intelectual do educando, pois não permite que este supere seu conhecimento cotidiano pela aquisição de um conhecimento mais sistemático, ao tentar harmonizar e equilibrar esses dois tipos de saberes esse suposto mediador acaba esterilizando ambos. Desse modo:

[...]os educadores que insistem na valorização das experiências cotidianas dos alunos e estimulam a sua reprodução, em nome do aumento das possibilidades da ocorrência de mediações, acabam por eliminar a dialeticidade da relação entre o imediato e o mediato, produzindo, assim, o efeito inverso, ou seja, dificultando ou impedindo o desenvolvimento de mediações. (ALMEIDA, 2003, p.71)

Cabe ressaltar, que a mediação, referida na citação acima, não é aquela que visa homogeneizar, aproximar ou harmonizar dois termos distintos, mas sim aquela em sentido dialético, onde há um movimento que visa a superação de um elemento por outro. Sobre o movimento dialético, é dito que:

[...] além de ser contínuo, não apresenta limites, começo ou fim, o que, de modo algum, torna-o desorganizado: ele se organiza a partir da negação recíproca, estabelecida entre os elementos envolvidos na relação. Esse negar mútuo não permite que a mediação, quando entendida como uma relação dialética, contemple idéias que tenha por base a igualdade, a homogeneidade, a aproximação ou o equilíbrio, ao contrário, ela tem por referência a diferença, a heterogeneidade, a repulsão e o

(83) 3322.3222

contato@coprecis.com.br

www.coprecis.com.br



desequilíbrio. O movimento e a negatividade da mediação só adquirem sentido na perspectiva da superação, outra categoria da lógica dialética. Assim, o movimento que não admite a negatividade não se compromete em superar a contradição inerente a ele. (ALMEIDA, 2003, p.63)

Desse modo, não cabe ao professor o papel de mediar a relação entre aluno e conhecimento, pois para isto ele deveria estar presente nos dois polos, o que não acontece, pois a mediação entendida desta forma, que não é a dialética, pressupõe que o mediador seja um intermediário, uma espécie de ponte que liga dois opostos. Além disso, o professor também não pode ser um mediador, no sentido de conciliador ou harmonizador, entre conhecimento sistemático e aquele que é produzido no cotidiano, pois estes dois tipos de saberes não podem ser unidos, homogeneizados ou conciliados. O Saber sistemático precisa superar o saber cotidiano, entretanto, quando acontece uma passagem de um estado à outro, o estado superado não é suprimido, ele ainda se conserva, de forma integrada, no estado que o superou, em forma de síntese. Logo, é preciso que o aluno passe do plano imediato para o plano mediato. Essa passagem de um plano a outro se dá pela superação. Essa mediação se dá pelo conhecimento, e não por meio do professor.

O professor ensina e o aluno aprende porque ensino e aprendizagem são relações distintas: o ensino é a relação que o professor estabelece com o conhecimento, o qual, portanto, está no plano do mediato, e a aprendizagem é a relação que o aluno estabelece com o conhecimento, o qual está no plano do imediato. Portanto, não há relação de mediação entre o ensino e a aprendizagem, apesar de ser comum entre os professores e pesquisadores do campo da educação a referência a relação ensino aprendizagem ou ensino/aprendizagem. (ALMEIDA, 2003, p 111)

Ao tentar fazer uma mediação entre mediato e imediato, o educador adota uma série de práticas que eliminam a dialeticidade entre esses dois planos e acaba por dificultar que o aluno supere a compreensão imediata, para alcançar a compreensão mediata. Esta superação do imediato pelo mediato, não anula ambos os termos, nem também anula o primeiro pelo segundo, pois aquele está presente neste. Destarte, a mediação é uma relação qualitativa de síntese, que tem como pressupostos a negação e a contradição. Disto decorre, que se o professor se colocar como um conciliador entre o educando e o conhecimento, ele será apenas um empecilho entre ambos.

Portanto, ao notarmos que são adotadas diversas práticas de ensino que visam a construção de conhecimentos, em detrimento do ensino, e que diversos professores se dizem “mediadores” ou “facilitadores, podemos observar que essas práticas podem ser entendidas como práticas de orientação construtivista, e que estas



cerceiam e limitam os conhecimentos transmitidos aos educandos. Tendo em vista que essas práticas são adotadas, predominantemente, nas escolas públicas, que oferecem o ensino generalizado, podemos perceber que isto explicita um dualismo na educação, como já mencionado antes; de um lado temos as escolas destinadas ao ensino profissionalizante, que é oferecido às classes menos abastadas; por outro lado, temos uma escola que propicia uma ampla formação intelectual, que se destina ao indivíduos de maior poder aquisitivo.

4. Conclusão

Portanto, o professor que se propõe mediador, acaba por limitar a relação dialógica entre aluno e conhecimento. Este educador, adepto de práticas construtivistas, impede que o aluno tenha acesso ao saber, alegando que este deve ser construído. Tal professor, por não transmitir os legados culturais da humanidade, não permite que seu educando se desenvolva de forma ampla e integral, mas apenas de forma parcial. Tendo em vista, como foi exposto neste texto, que existem dois tipos de educação: aquela que visa desenvolver integralmente todas as capacidades do homem, e aquela que forma mão de obra para o mercado capitalista, o professor mediador parece ser aquele que só permite ao educando desenvolver conhecimentos superficiais, que serão destinados às atividades relacionadas ao trabalho. Por isso, ele pode ser considerado um agente dessa educação parcial, que é oferecida em doses “homeopáticas” para a classe trabalhadora. Assim, é como se o mediador fosse um controlador, que regula aquilo que o educando deve desenvolver, contando em pequenas gotas a instrução que seu aluno deve adquirir. Desse modo, esse educador não é um mediador, mas um contador de gotas que regula a quantidade de conhecimento que os indivíduos devem adquirir para serem úteis dentro do sistema capitalista.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, José Luíz Vieira de. A mediação como fundamento da didática. In: GRANVILLE, Maria José. (org.) **Tópicos de Educação**. São José do Rio Preto: Rio-Pretense, 2003. p. 61-75.

DUARTE, Newton. “A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco”. In: _____ **Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?**, Campinas, SP: Autores associados, 2003. Cap. 3.

FACCI, M. G. D., O professor e o construtivismo. In: _____ **Valorização ou esvaziamento do trabalho professor?** Campinas, SP: Autores associados, 2004. Pag. 121-132.



COPRECIS
CONGRESSO NACIONAL DE
PRÁTICAS EDUCATIVAS

GHEDIN, Evandro. **Ensino de filosofia no ensino médio**. São Paulo: Cortez, 2009. P.93-132

NÓBREGA, F. P. **Compreender Hegel**. Petrópolis: Vozes, 2011.

REDYSON, D. **10 lições sobre Hegel**. Petrópolis: Vozes, 2013.

SAVIANE, Dermeval. O Trabalho Como Princípio Educativo Frente as Novas Tecnologias. In: FERRET, João Celso. Et al. **Novas Tecnologias, Trabalho e Educação: Um Debate Multidisciplinar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 151-167.

(83) 3322.3222

contato@coprecis.com.br

www.coprecis.com.br